

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	30.095	18.675	5.429	3.849
(i) Tributos sobre receita financeira	(260)	(185)	(260)	(185)
Outras receitas financeiras	911	378	-	-
30.746	18.866	5.169	3.664	
Despesas Financeiras				
Esgargos sobre instrumentos de dívida ⁽ⁱ⁾	(14.343)	(14.435)	-	-
Outras despesas financeiras ⁽ⁱⁱ⁾	3.687	(2.318)	(40)	(89)
(10.656)	(16.753)	(40)	(89)	
Outros resultados financeiros, líquidos				
Outras variações monetárias, líquidas	86	182	173	120
	86	193	173	120
Resultado financeiro líquido	20.176	2.306	5.302	3.695

(i) Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (TJLP) e amortização de custos de captação; (2) Inclui IOF, atualização de desmantelamento e do passivo de arrendamento. Em 2025 ocorreu a reavaliação da atualização de desmantelamento, no valor de R\$ 8.178, nas controladas da Companhia, conforme nota 15.2.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	28.410	16.185	71.528	39.009
Tributos sobre o lucro ao alíquotas da legislação - 34%	(8.740)	(20.463)	(24.320)	(17.224)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	1.725	1.008	1.725	1.008
Resultado de participações societárias	-	-	22.544	15.993
Diferença de presunção de base do lucro presumido	14.022	9.707	-	-
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	2	-	2	-
Outras adições (reversões)	48	64	49	65
Tributos sobre o lucro	(12.913)	(9.684)	-	(158)
Alíquota efetiva	15,29%	19,99%	0,00%	0,43%
Corrente	(12.913)	(9.684)	-	(158)

7.1.2 Política contábil material e julgamentos críticos: a) **Política contábil material:** Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exigível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos, as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os riscos econômicos, comerciais, tributários, e estão sujeitos a alterações. A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	9.838	10.799	10.799	10.799
Fundos de investimento	30.048	25.630	4.873	3.305
Total	39.886	36.429	4.873	3.306

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 e 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, é composta por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Carteira				
Fundos exclusivos				
Operações compromissadas	30.048	25.630	4.867	3.305
CDR	6	-	6	-
Total	30.048	25.630	4.873	3.306

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Perda de Contas a receber, créditos esperadas	12.223	12.096	11.272	11.172
Receber, créditos líquidos	1.501	1.781	1.374	1.374

Fornecimento de energia	13.004	(8)	12.996	13.251	(9)	13.516
Terceiros	11.223	(8)	11.215	12.125	(9)	12.142
Partes relacionadas	1.781	-	1.781	1.374	-	1.374
Comercialização de energia na CCEE	509	(8)	509	340	(9)	340
Total	13.513	(8)	13.505	13.866	(9)	13.856

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Perdas de créditos esperadas	12.223	12.096	11.272	11.172
Receber, créditos líquidos	1.501	1.781	1.374	1.374

A vencer	12.767	12.096	11.172	11.172
Saldos vencidos:	760	202	-	-
90 dias	487	181	-	-
entre 91 e 180 dias	127	21	-	-
entre 181 e 360 dias	-	-	-	-
Total	13.004	(8)	13.525	(9)

9.1 Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial do exercício	167.954	128.046	35.802	31.488
Aplicação	42.075	47.140	-	1.316
Resgate	(27.032)	(22.338)	(2.225)	(65)
Rendimentos	24.944	15.106	4.930	3.487
Saldo final	207.941	167.954	38.507	35.802

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações em cotas de fundos de investimento, cujo montante total representa fundos de reserva que são exigidos pelo BNDES através dos contratos de financiamento, que se destinam ao pagamento de dividendos e de gastos de operação e manutenção (O&M). Os fundos de investimento possuem em seus títulos, contratos, condições, vencimentos variáveis e adquiridos em conformidade com os respectivos regulamentos. Apresentam uma remuneração máxima equivalente a 99,52% em 31 de dezembro de 2025 (98,86% em 31 de dezembro de 2024) do CDI e liquidez diária.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial do exercício	167.954	128.046	35.802	31.488
Aplicação	42.075	47.140	-	1.316
Resgate	(27.032)	(22.338)	(2.225)	(65)
Rendimentos	24.944	15.106	4.930	3.487
Saldo final	207.941	167.954	38.507	35.802

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações em cotas de fundos de investimento, cujo montante total representa fundos de reserva que são exigidos pelo BNDES através dos contratos de financiamento, que se destinam ao pagamento de dividendos e de gastos de operação e manutenção (O&M). Os fundos de investimento possuem em seus títulos, contratos, condições, vencimentos variáveis e adquiridos em conformidade com os respectivos regulamentos. Apresentam uma remuneração máxima equivalente a 99,52% em 31 de dezembro de 2025 (98,86% em 31 de dezembro de 2024) do CDI e liquidez diária.

11. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial do exercício	167.954	128.046	35.802	31.488
Declarados	14.717	100.937	18.615	13.161
Recebidos	(11.772)	(10.898)	-	-
Saldo final do exercício	15.744	117.172	15.744	117.172

11.2 Detalhamento por classe de investimento: A seguir apresentamos informações sobre as controladas:

	Data-base		Ativo		Passivo		Patri-mônio líquido	
	Participação	Resulta-dado	Circu-lante	Circu-lante	Circu-lante	Circu-lante	Não líquido	Lucro líquido do exercício
Controladas								
CALANGO 2	100%	2025	16.520	105.335	21.177	23.546	71.184	16.723
	100%	2024	14.717	100.937	18.615	32.406	47.433	10.466
CALANGO 3	100%	2024	15.630	116.330	29.458	34.954	67.548	14.114
	100%	2025	3.243	76.434	12.928	18.414	48.335	8.851
MEL 2	100%	2024	4.352	80.376	20.374	22.567	41.587	5.999
	100%	2025	5.833	116.481	31.822	25.576	64.916	9.210
ARIZONA 1	100%	2024	7.955	111.571	28.424	37.892	7.845	-
	100%	2025	7.095	140.822	35.972	18.633	93.312	13.297
CAETITE 3	100%	2024	6.382	130.531	30.573	23.167	83.173	8.614

11.3 Política contábil material: Subsidiárias e coligadas: Subsidiária é a entidade na qual a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade (controlar). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Os investimentos em subsidiárias são avaliados pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que elas se tornam sua coligada. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas são reconhecida na demonstração do resultado do exercício de forma reflexa ao reconhecimento realizado por suas investidas. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da investida.

12. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Consolidado		Ativos em construção		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Parques eólicos	16.67%	2,76%	4,72%	14,29%	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	315.199	68.561	746	7.413	391.919	75.984
Adições	(12.987)	-	-	16.048	(12.987)	-
Depreciação	(16.397)	(5.330)	(76)	-	(19.803)	-
Transferências entre classes	11.024	29	504	(11.557)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	296.839	65.260	1.174	11.904	308.177	77.541
Custo	(214.661)	(248.616)	(323)	-	(214.984)	(248.616)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	317.038	70.597	743	13.391	401.769	84.988
Adições ⁽ⁱ⁾	532	-	-	10.521	11.053	-
Depreciação	(16.604)	(3.518)	(84)	-	(17.106)	-
Transferências entre classes	14.668	1.482	87	(16.237)	-	-
Transferências - outros ativos ⁽ⁱⁱ⁾	(435)	-	-	(261)	(696)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	315.199	68.561	746	7.413	391.919	75.984
Custo	(115.755)	(131.293)	(137)	-	(115.892)	(131.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	317.038	70.597	743	13.391	401.769	84.988

(i) O valor de R\$ (12.987) (R\$ 532 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a reavaliação de provisão de desmantelamento conforme nota 15.2; (2) Em 2024 refere-se a transferência entre imobilizado x Intangível, bem como ajustes de Imobilizado.

12.1 Política contábil material e julgamentos críticos: a) **Política contábil material:** A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente. Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa de custos de desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está instalado, deduzida da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - **Impairment**. A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. **b) Estimati-**

FE PARTICIPAÇÕES S.A.

vas e julgamentos críticos: Para os parques eólicos, a Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais que representam as vidas úteis estimadas de acordo com a Administração da Companhia. De modo geral, a vida útil da obra civil e as torres dos aerogeradores dos parques eólicos possuem 25 anos para as partes móveis e 40 anos para as partes fixas, limitado ao prazo da outorga de operação do parque eólico. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora e as vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) desses ativos, quando aplicáveis.

13. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

A composição do saldo de fornecedor é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Energia elétrica	1.052	722	-	-
Encargos de uso da rede	511	784	-	-
Materiais e serviços	13.817	7.786	14	35
Total	15.380	9.292	14	35

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

14.1 Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos e financiamentos ⁽ⁱ⁾	114.121	139.217	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(59.886)	(36.429)	-	-
Títulos e valores mobiliários (nota 10)	(207.941)	(167.954)	-	-
Dívida líquida	(153.706)	(164.166)	-	-

(i) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

14.2 Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento, principalmente denominadas em Real brasileiro (R\$). **a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:**

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Denominados em R\$	124.397	150.282	-	-
Indexados a taxas flutuantes	124.397	150.282	-	-
(i) Depósitos em garantia	(10.275)	(10.025)	-	-
Passivo circulante	30.080	29.401	-	-</

FE PARTICIPAÇÕES S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da FE Participações S.A. Rio de Janeiro – RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da FE Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da FE Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilida-**

des da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS *Accounting Standards*, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias,

mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 6 de março de 2026

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 27/03/2026

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/27/FEPARTICIPACOES1588435827032026.pdf>
Hash: 17745718835c708f62cfcd4d69a657197f759e26b1